



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 11 DE OUTUBRO DE 1995

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhor Representante do Unicef, Agop Kayayan; Senhores Embaixadores do Unicef, Daniela Mercury e Renato Aragão; Milton Nascimento; Senhores agraciados com o Prêmio Criança e Paz; Senhoras e Senhores;

Hoje é um dia simbólico para o Brasil. Nesta manhã, eu estive reunido com presidentes de tribunais, com procuradores, com secretários de segurança e com representantes de organizações não-governamentais.

A reunião foi para nós discutirmos questões relativas à violência. Violência, sobretudo contra as crianças, nos seus aspectos mais terríveis, desde os abusos sexuais, a exploração da criança do ponto de vista sexual e o trabalho forçado das crianças. E vimos, todos nós, o quanto existe de experiência concreta. E os senhores aqui, Prefeitos e membros do Ministério Público e Juízes, sabem o quanto existe de trabalho concreto para que as coisas comecem a mudar.

Vimos também que é absolutamente necessário, é imperioso que haja um entrosamento entre os vários setores da sociedade que se ocupam da questão das crianças.

Pois bem. Nesta tarde, estamos aqui, basicamente, já com um outro ânimo, para comemorar o fato de que existem pessoas que, efetivamente, estão se empenhando para mudar as coisas em benefício das crianças.

O Unicef e o seu representante aqui no Brasil, que é uma pessoa cara – mais até com esse prêmio – chamam a atenção do País todo, e tomara que lá no exterior também, para o que de positivo já existe, ou começa a existir, em benefício das crianças.

Sem dúvida alguma, o Legislativo deu sua contribuição. Eu tive a honra de participar das votações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe agora a todos nós a responsabilidade de implementá-lo. Ainda nesta manhã, um dos participantes do encontro sugeriu a necessidade de o Governo Federal estar mais atento a que as pessoas realmente obedecessem ao estatuto. Pois bem, nós temos, no Governo Federal, alguns instrumentos que permitem o repasse de recursos sob condição. Estamos estudando, como eu disse nesta manhã, um modo de fazer com que uma das condições para que os municípios e os estados recebam recursos federais seja que eles tenham efetivamente estabelecido os conselhos que vão cuidar da criança e do adolescente.

Nós hoje não podemos descuidar da criança, não só por ser criança – isso já bastaria –, mas porque o Brasil tem uma dívida para com a sua infância.

Durante muito tempo, não foi possível dar às crianças o tratamento adequado. Não houve empenho na política, o empenho não foi suficiente para que efetivamente as coisas mudassem. De algum tempo para cá, graças ao aumento do grau de consciência da própria sociedade – e eu aproveito para agradecer aqui às organizações não-governamentais –, graças ao empenho de setores interessados diretamente na questão das crianças, percebe-se que há uma outra atitude.

Já os Governos não têm mais a pretensão de esconder o que não deve ser escondido. São escandalosos, sim, o tratamento e a situação real de muitos setores da sociedade brasileira. Seria um engano pensar que,

jogando a poeira para debaixo do tapete, a sujeira para debaixo do tapete, que nós iríamos ganhar uma maior apreciação, primeiro de nós próprios e depois do resto do mundo. Não é assim. É reconhecendo os problemas. É enfrentando os problemas, é pela coragem de dizer que eles existem e que nós não estamos de acordo. E é por isso, porque não estamos de acordo, embora, muitas vezes, tenhamos ainda as condições para acabar com eles, que estamos lançando, como já lançamos, uma campanha, e os artistas brasileiros, muitos deles, se juntaram a essa campanha para dizer, alto e bom som, que quem cala consente. Não pode mais haver essa displicência, esse descaso, em que cada um, lá dentro da sua consciência, pode achar que é ruim, mas se cala.

Não é nossa função calar. Quem cala consente. Tem que proclamar que está errado e começar a mudar dentro do possível e com energia, para que o possível seja necessário às situações existentes.

Hoje, graças à ação de muitos órgãos do Governo e de outros que não são do Governo, nós já percebemos que há um horizonte de possibilidades para a transformação. É claro que o Governo tem a sua responsabilidade direta. Tanto é assim que, no caso específico do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, o Governo escolheu como prioridade programas que dizem respeito diretamente à criança.

No que diz respeito ao Ministério da Saúde, o eixo das ações tem que ser a redução da mortalidade infantil, porque, para reduzir a mortalidade infantil, é preciso uma convergência de programas, é preciso cuidar da saúde da mãe, é preciso dar os primeiros cuidados, é preciso ter agentes comunitários de saúde que ensinem à população tratamentos que, às vezes, são elementares, mas não são feitos de forma adequada, quando não há um empenho no ensino. É preciso que haja um programa de nutrição. Enfim, o índice de mortalidade é reduzido porque muitas circunstâncias mudaram, para permitir que houvesse essa redução do índice de mortalidade infantil. Essa é a prioridade do Ministério da Saúde.

E, no Ministério da Educação, nós temos feito um grande empenho em mostrar que a questão não é só dizer, mas é fazer com que a escola primária seja a escola que vai merecer a atenção prioritária do Governo Federal.

Eu sou professor de universidade, como muitos dos que aqui estão, mas isso não significa que nós deixamos de ter a compreensão de que não podemos gastar 70%, 80% dos recursos federais com a universidade. Nós temos que gastar, como manda a Constituição, pelo menos 50% na escola primária. E, agora, no dia 15 vindouro, com o Ministro da Educação, eu vou enviar ao Congresso um programa de valorização do professor, o que vai implicar algum gasto para o Governo Federal, para que tenhamos a possibilidade de que o Brasil gaste, em média, em cada município, por aluno na escola primária, 300 reais, 50% acima dos requisitos internacionais, para que haja uma educação razoável na escola primária.

Nós vamos fazer um empenho muito grande de mostrar que é combatendo a evasão escolar, é criando condições de treinamento para o professor e de melhor salário para o professor, de atenção efetiva à criança, que nós vamos poder mudar as condições culturais deste país.

De modo que, hoje, nós temos uma convergência. E hoje o que está aqui é a representação de muitas organizações não-governamentais e do Parlamento. O Parlamento nos deu essa lei, que é uma lei importante, o Estatuto da Criança. O Parlamento estará disposto, tenho certeza, a discutir questões importantes, no aspecto também penal, por exemplo, na proteção à testemunha, porque é em problemas graves, como foram salientados nesta manhã, que nós temos que ter a coragem, também, não só de denunciar, mas de defender aqueles que também denunciam. E as instituições têm que estar abertas a uma renovação nesse sentido.

Com essa convergência, com essa vontade de o Brasil, realmente, como digo sempre, sacudir a poeira e olhar para o horizonte é que nós podemos divisar um horizonte melhor para as crianças. E não digo isso como quem apenas fala palavras: digo isso porque estou baseado no esforço coletivo dos que aqui estão. Porque estamos sentindo que não é a vontade do Presidente, que, por maior que seja, é pequena para poder fazer face ao tamanho dos problemas que temos que enfrentar. É a vontade do País, um país que, hoje, marchando célere para a cidadania plena, marchando célere para a consolidação da democracia, não pode

deixar de ver que a injustiça começa com um tratamento equivocado para a criança.

E, no dia em que vamos comemorar a criança, não basta dar presentes. Os que podem devem dá-los. Não basta dar carinho. Os que têm a possibilidade do carinho, de receber e dar, que o façam. Mas é preciso mais do que isso. É um dia em que nós nos comprometemos com um programa efetivo de ação conjunta, de prefeitos, de governadores, de presidentes dos tribunais, de polícia e das organizações não-governamentais, da sociedade no seu conjunto, na preocupação central com a criança.

Esses não são os meus votos: na medida em que eu possa determinar, no âmbito do Poder Federal, é minha determinação. E peço que todos nos juntemos nessa mesma determinação, para que o País, realmente, seja um país confiante em si mesmo, porque confiante em seus filhos — e seus filhos são, principalmente, as crianças.

Muito obrigado.